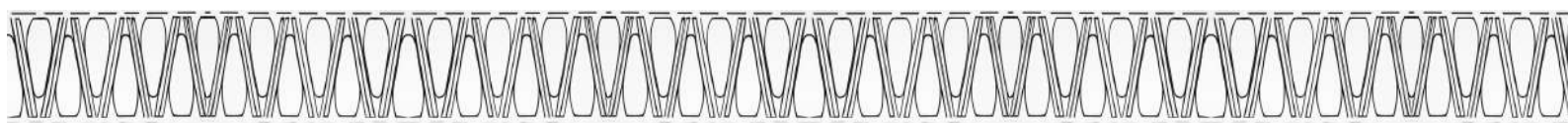




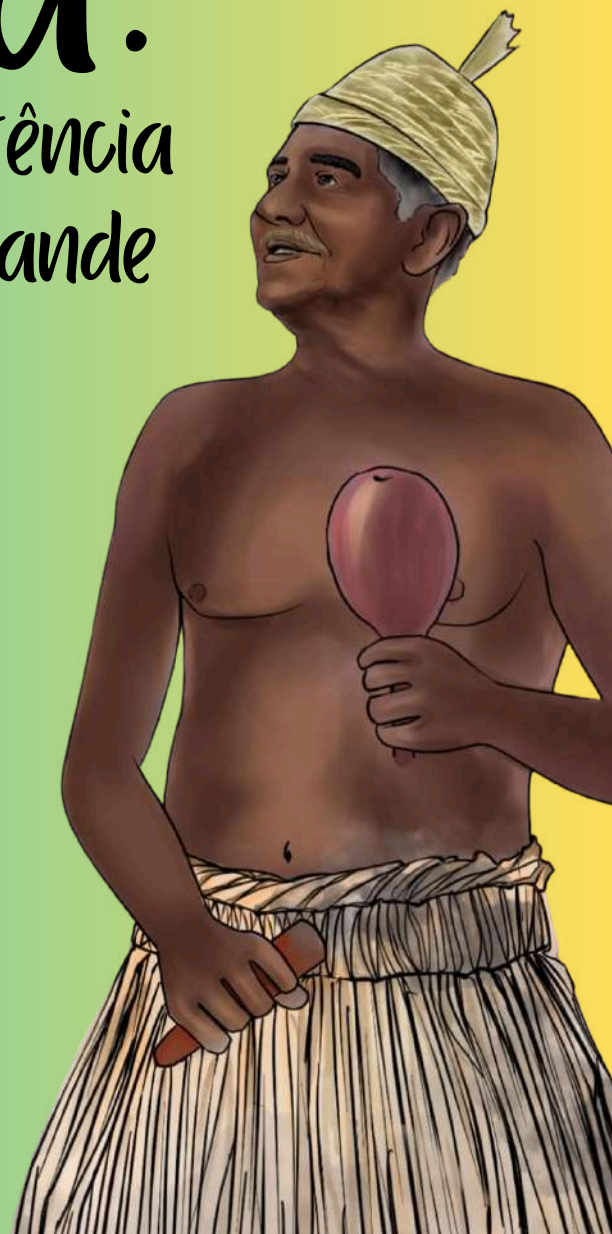
Truká:

a força da resistência
na Caatinga Grande



Truká:

a força da resistência
na Caatinga Grande





Diagramação

George Diaurum

Ilustrações

Acervo povo Truká

Ficha Catalográfica

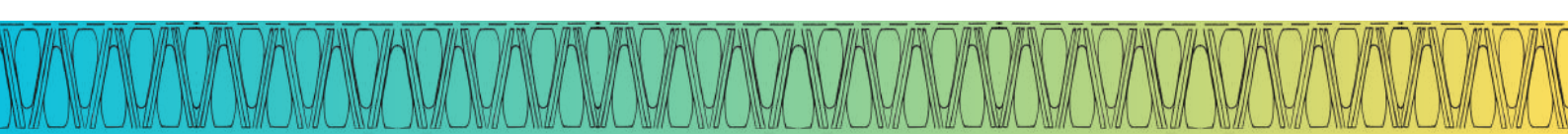
FREIRE, Flávio Emanuel Inocêncio

Truká: a força da resistência na Caatinga Grande

Orientador: Fábio Ronaldo da Silva

ISBN

1. Truka; Retomada; Ancestralidade; Resistência; Território
2. Livro-Reportagem.



Dedico este livro ao meu povo Truká, aos que vieram antes de mim e abriram caminho mesmo quando o mundo insistia em negar nossa existência. Aos meus avós, às mulheres que sustentaram a vida nos dias mais duros, aos guerreiros e guerreiras que retomaram a terra com coragem e fé. Este livro é para todos que me ensinaram que ser Truká é carregar memória, território e encantamento dentro do peito.

Sumário

»»	Introdução	07
»»	O caminho que me trouxe até aqui	12
»»	Antes de mim: a história que não me deixaram contar na escola	16
»»	A Ilha Que Respira Antigos	25
»»	A retomada da Aldeia Caatinga Grande: o retorno dos encantados	32
»»	Vozes da retomada: mulheres, jovens e o futuro Truká	49
»»	O rio continua correndo	57
»»	O Álbum que Guarda o Tempo	64

INTRODUÇÃO

Este livro-reportagem nasce como meu Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo em Múltiplos Meios. O último passo antes do diploma, mas também o primeiro movimento de um retorno consciente à minha própria identidade. A ideia deste trabalho surgiu no momento em que percebi que, depois de anos estudando comunicação, ainda havia em mim algo que ainda não conseguia comunicar plenamente: minha condição de indígena Truká. Cresci ouvindo que os povos indígenas do Nordeste “não existiam mais” ou que só seriam legítimos aqueles que correspondessem a uma imagem estereotipada, moldada pelo olhar colonial. Esse choque entre o que eu sentia dentro de mim e o que o mundo insistia em negar foi o que me levou a transformar o meu TCC em um livro-reportagem sobre o meu povo.

Ao longo da graduação, entre disciplinas de teoria, história da mídia e práticas jornalísticas, fui percebendo que meu percurso acadêmico só faria sentido se fosse usado para iluminar narrativas que sempre foram empurradas para as margens. Estudar representações distorcidas dos povos originários, analisar apagamentos sistemáticos em livros didáticos e perceber como a imprensa hegemônica contribuiu para consolidar falsas ausências me levou de volta às histórias dos meus avós, às memórias da Ilha da Assunção, localizada no Rio São Francisco, no município de Cabrobó, sertão de Pernambuco e às vozes que insistem em sobreviver apesar de tudo. Assim, o TCC deixou de ser apenas uma exigência curricular e se tornou parte de uma missão pessoal e coletiva.

Carrego comigo a responsabilidade de honrar a caminhada dos meus mais velhos e, ao mesmo tempo, tensionar as formas como o conhecimento tem sido produzido, organizado e legitimado dentro da academia e do campo do jornalismo. É por isso que escolhi escrever este livro-reportagem com o texto alinhado à esquerda. Essa decisão não é apenas técnica ou estética: é, sobretudo, política e decolonial. O alinhamento à esquerda rompe com a lógica de “endireitar” o texto, evitando o efeito de moldura rígida que historicamente serviu para padronizar e homogeneizar a escrita. Recuso a estética do “encaixe perfeito”, que muitas vezes funciona como extensão simbólica do pensamento colonial que tenta enquadrar, controlar e domesticar nossas vozes, corpos e modos de existir.

O texto não justificado se aproxima mais da oralidade, de onde vem grande parte da força das narrativas indígenas. Ele permite que a leitura respire, que cada linha siga seu próprio curso, em vez de obedecer a uma margem artificialmente esticada. Para nós, povos originários, a palavra tem movimento: ela caminha, dança, serpenteia.

Ela não cabe em quadrado. Assim, ao manter o alinhamento à esquerda, permito que essa ancestralidade se manifeste no próprio corpo do livro, recusando um padrão gráfico eurocêntrico que se tornou norma editorial apenas porque a colonização impôs essa forma de organizar o texto como referência universal. Escrevo, no desenho da página, um gesto de resistência.

Para compreender as retomadas do povo Truká, é preciso antes desfazer a narrativa equivocada de que os povos indígenas do Nordeste desapareceram. Essa ideia, difundida durante décadas, serviu como justificativa para invasões territoriais, proibições culturais e a negação sistemática da presença indígena na região. A verdade é que os povos originários nordestinos resistiram de múltiplas formas, muitas vezes silenciosamente, invisibilizados nos documentos oficiais, mas jamais ausentes. Essa resistência atravessa a história do povo Truká, pertencente à grande nação Cariri e historicamente ligado ao território do São Francisco.

A Ilha da Assunção e seu entorno sofreram séculos de pressões externas. Desde o período colonial, o povo enfrentou expulsões, cercamentos, perseguições religiosas e manipulações que culminaram na venda ilegal da ilha no início do século XX. A partir desse episódio, vieram décadas de rituais praticados em segredo, famílias divididas, roças destruídas e violência institucional. Mesmo assim, o toré continuou existindo, mesmo que em silêncio. Línguas secretas foram criadas para garantir a sobrevivência coletiva; muitas pessoas dormiam em canoas para escapar de ameaças. Essa parte da história nem sempre aparece nos registros formais, mas é essencial para compreender as retomadas.

As retomadas Truká, especialmente as das décadas de 1980 e 1990, são capítulos decisivos dessa trajetória. Elas não surgiram do nada: foram resultado de gerações que mantiveram viva a relação com a ilha mesmo quando afastadas à força.

As famílias que iniciaram esses movimentos enfrentaram destruição de roças, repressão policial, expulsões e tentativas de deslegitimar sua presença. A retomada da Caatinga Grande, em 1995, conclamada por Dona Lourdes Cirilo, marcou um ponto de virada, envolvendo violência policial, reintegração de posse e, mesmo assim, o retorno dos indígenas menos de 24 horas depois. As retomadas seguintes consolidaram não apenas a presença física, mas também a reorganização política e espiritual do povo.

Este livro está organizado de modo a intercalar minha experiência pessoal com as vozes do próprio povo. No primeiro capítulo, compartilho o caminho que me trouxe até aqui: minhas memórias, os conflitos identitários e o processo de assumir essa dimensão de mim. No segundo, apresento a história dos povos indígenas no Nordeste e do povo Truká, explicando os apagamentos que moldaram nossa trajetória. O terceiro capítulo mergulha na Ilha da Assunção, guiado pelas falas do Cacique Neginho, revelando a profundidade espiritual e territorial da ilha.

O quarto capítulo aborda a retomada da Aldeia Caatinga Grande a partir das entrevistas com Pretinha, mostrando as tensões, as violências e a força espiritual que sustentou o movimento. O quinto capítulo traz as vozes das mulheres e da juventude Truká, evidenciando como o futuro do povo está sendo construído por diferentes gerações. Por fim, o sexto capítulo apresenta uma reflexão sobre memória, resistência e continuidade, conectando passado, presente e futuro. Ao final, incluo um capítulo visual, com fotografias das pessoas que partilham suas histórias e dos espaços que dão corpo a essa narrativa.

*Reina Assunção
Reina Truká
Lá na aldeia dele
Só se chama Juremá
Ai na eina
Ei na ei naô
Ai na eina
Ei na einaô*

*O meu penacho é de pena de Ema
O meu penacho é de pena de Ema
A minha tanga é amarrada de Jurema
A minha tanga é amarrada de Jurema
Ô enahê nahê nhahoa
Ô enahê nahê nhahoa
Ô enahê nahê nahê nahê nhahoa
Ô enahê nahê nahê nahê nhahoa*

*Cadê meu kuakí? Cadê o meu maracá?
Cadê meu kuakí? Cadê o meu maracá?
Cadê meu kuakí? Meu kuakí taquaraquái
Cadê meu kuakí? Meu kuakí taquaiquaraquái*

(Linha de Toré Truká)





O caminho que me trouxe até aqui

Fig1: Carteira do Indígena.



Foto: Yasmin Freire (2025).

Eu nunca morei na Ilha da Assunção.

Minha família sim. Meus avós, minhas tias, meus tios, meus primos, quase todos eles vivem ou viveram lá. Eu sou o que chamam de “índio desaldeado”. Nasci na cidade de Salgueiro (PE) e fui criado na cidade de Cabrobó (PE), e hoje vivo em Juazeiro (BA). Mas desde que me entendo por gente, eu sei que sou Truká. Nunca foi segredo dentro da minha casa.

O segredo era fora dela.

Quando criança, sempre que eu me apresentava como indígena, virava alvo de chacotas e “brincadeiras”. Na rua, eu entendia que, se não dissesse que era indígena, não ouviria aquelas “brincadeiras”. Então aprendi a engolir o nome Truká sempre que alguém perguntava de onde eu vinha.

Mas dentro de casa era diferente.

Eu cresci ouvindo as histórias da Ilha da Assunção e das retomadas. Ia para a casa de vizinha Santa, na Ilha, durante as minhas férias. Participava de festejos, como o São Gonçalo, uma festa cristã tradicional que ocorre geralmente no mês de janeiro e que reúne a comunidade para danças, rezas e agradecimentos ao santo.

Tenho também uma lembrança muito viva na memória: a de vovô João Grilo contando sobre uma retomada, só não lembro qual.

Mesmo sem morar lá, a ancestralidade morava em mim.

Em 2019, aos 18 anos, começo a fazer o curso de Jornalismo em Múltiplos Meios na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Estudava Comunicação, mas não conseguia me comunicar com a parte mais importante de mim. Eu tinha medo de dizer que era indígena. Medo de ouvir “mas você não tem cara”, medo de ouvir “índio de verdade mora na aldeia”, medo de não ser suficiente.

Conheci George Diaurum, também indígena, que, apesar de se encaixar no estereótipo criado pela literatura e pelos veículos de comunicação, o indígena de cabelo liso e olho puxado, também sofria discriminação por ter um iPhone ou por seguir padrões da moda. E foi aí que comecei a entender que o problema não estava em mim, e sim na construção do imaginário da população brasileira sobre o que é ser indígena.

...E foi conversando com George que muitas fichas caíram.

A gente sentava nos banquinhos ou nos bares próximos da universidade, no intervalo da aula, e ficava conversando: ele, com traços indígenas “de comercial de TV”, eu, com a pele parda e os olhos verdes, sendo cobrado pela sociedade pra provar que era indígena de verdade. Os dois errados segundo o padrão que inventaram pra gente. Os dois certos segundo o sangue e a memória.

Foi aí que decidi: não ia mais engolir o nome Truká.

Em 2020, quando a pandemia da COVID-19 trancou todo mundo em casa, eu tranquei junto a vergonha. Iniciei algumas pesquisas sobre a história dos indígenas no Brasil e no Nordeste. Passei a falar abertamente que sou indígena Truká, desaldeado, criado na cidade, estudante de Jornalismo, e que não devo satisfação a ninguém.

Comecei a pesquisar Jornalismo Alternativo e Mídia Indígena, e o incômodo de como os povos originários eram representados na grande mídia só aumentou, e decidi fazer um Trabalho de Conclusão de Curso sobre isso. Lembrei das histórias do vovô João Grilo e lembrei de todas as vezes que eu tinha engolido o meu nome.

Pela primeira vez na vida, eu ia poder desentalar aquela palavra que estava presa na minha garganta.

Peguei o ônibus de Juazeiro para Cabrobó com duas mochilas nas costas e uma certeza no peito:

eu não precisava morar na aldeia pra defender a aldeia.

Eu não precisava ter nascido na Ilha pra fazer parte da luta.

Eu só precisava estar presente quando a terra chamasse.

E a terra chamou.

Decidi escrever.

Contando os 30 anos da retomada da Aldeia Caatinga Grande.

Com a ideia de compreender como a retomada da Aldeia do povo Truká, na década de 1990, se configura como um ato de resistência, reconstrução identitária e afirmação cultural indígena.

Escrevendo esse não como visitante.

Não apenas como um jornalista prestes a se formar, mas também como Truká.

Mas quando desci do ônibus, percebi que o título verdadeiro era bem mais simples:

Eu sou Truká.

No dia 17 de setembro de 2025, durante a comemoração dos 30 anos da retomada, eu andei pela Escola Capitão Dena, uma das escolas mais antigas da Ilha, com os olhos arregalados de menino e o coração carregado de emoções de adulto. Ouvi as histórias de quem entrou ali em 1995.

Naquela terra sagrada eu entendi que nunca fui desaldeado de verdade.

Hoje eu sei:

Ser Truká não é morar na ilha ou na aldeia.

É responder quando o povo chama.

É carregar a memória dos avós na boca e a luta dos parentes no peito.

É escrever com a mão que também segura o maracá.

Este livro não é de um repórter que veio de fora observar.

Este livro não é de um visitante que passou uns dias e foi embora.

Este livro é de um Truká que passou a vida inteira voltando.

E agora que eu voltei de vez, posso começar a contar a história inteira.

A história de como a gente fez a terra voltar a nos chamar pelo nome.

E a primeira palavra dessa história é o meu nome.

Eu sou Truká.

E ponto final.



*Antes de mim: a história que não me
deixaram contar na escola*

No ano de 2015, eu devia ter uns 14 anos. Era uma manhã qualquer na Escola de Referência em Ensino Médio José Caldas Cavalcanti, na minha cidade, um daqueles dias tão quentes que o suor já escorria pelo pescoço antes mesmo da merenda. O professor de História, com aquele tom de quem se acredita dono da verdade absoluta, ligou o projetor de slides, apontou para um mapa antigo e começou a falar dos indígenas do Nordeste como se fossem um povo distante, extinto, quase uma lenda que nunca tivesse habitado de fato aquele território.

Senti o corpo travar. Era como se eu assistisse a mim mesmo desaparecer.

Ou melhor: assistisse o apagamento ser repetido mais uma vez.

Naquele instante, sem que eu percebesse, estava diante de mais um efeito de uma história escrita pelos “vencedores”: branca, masculina, heteronormativa, europeia. Por séculos, apenas essa narrativa foi autorizada a existir, enquanto outras, indígenas, negras, sertanejas, eram silenciadas, distorcidas ou simplesmente apagadas. Mesmo quando novas correntes historiográficas começaram a desafiar esse silêncio, sobretudo a partir da década de 1980, o caminho até que essas mudanças chegassem aos livros didáticos foi longo, lento e marcado por disputas.

E, para ser sincero, nem dá para dizer que esse processo realmente se completou.

Aquilo que eu aprendia naquela sala ainda carregava as marcas profundas da lógica do apagamento, do colonizador.

Os colegas anotavam, alguns cochichavam, outros simplesmente se perdiam nos próprios pensamentos. E eu ali, sentado, sentindo raiva. Minha avó estava viva. Meus tios estavam vivos. Meu povo estava vivo. A Ilha respirava. E, mesmo assim, eu não levantei a mão. Não tive coragem de interromper. Não tive força para dizer nada.

Engoli o nome *Truká* mais uma vez.

A verdade é que o apagamento não começou naquela sala de aula. Hoje, olhando para trás, já adulto, consigo enxergar que ele vinha de muitos séculos. O professor não me apagou, apenas repetiu o que foi ensinado. Apenas reproduziu o que aprendeu, como tantos outros antes dele. O apagamento não tem rosto fixo: ele se move de escola em escola, de livro em livro, de explicação em explicação. É uma sombra longa demais para caber num único nome.

Escrevo este capítulo não como o adolescente confuso diante do mapa projetado na parede, mas como alguém que aprendeu a reconhecer as ausências, os apagamentos, os epistemicídios. Escrevo para refazer o caminho que me foi roubado naquela manhã; para contar o que o professor não contou; para afirmar, com todas as letras: nós nunca desaparecemos. Tentaram nos esconder. É diferente.

Quando comecei a entrevistar o Cacique Neguinho (52 anos), liderança histórica dos Truká e uma das principais vozes na defesa da Ilha de Assunção, percebi que não estava apenas diante de um líder, mas de uma biblioteca viva. Havia algo no modo como ele respirava antes de falar, como se puxasse não só o ar, mas 500 anos de memória.

Ele falava com firmeza que parecia atravessar séculos.

“Historicamente, o povo Truká habita a Ilha de Assunção e todo o Sertão do São Francisco. Existem registros escritos desde 1625. Mas a gente sempre esteve por aqui. Muito antes do papel”, afirma o Cacique.

Ele segurava o cachimbo com a naturalidade de quem afirma o óbvio. Como quem diz: “A história está aqui, diante de você, não precisa abrir o livro.”

O povo Truká pertence à grande Nação Cariri. Povo das Matas Brancas. Povo Canoeiro. Povo do Véu das Águas. Povo do Dizibukuá. Gente que entende o rio como estrada, a ilha como mãe, a mata como casa. Gente que sempre viveu navegando entre as ilhas, pescando, plantando, criando rituais que se conectam com a natureza e com os encantados.

A memória do Cacique tinha precisão de documento, mas emoção de quem viveu: era história sentida.

Ele começou a explicar sobre as línguas secretas, e confesso que esse detalhe mexeu comigo mais do que eu esperava.

“No tempo da Capitania Hereditária, quando o povo foi dividido, os brabios criaram duas línguas secretas: o Sabujá e o Pedra Branca. Pra ninguém descobrir por onde eles andavam.”

Imagino hoje os antigos dentro da mata inventando palavras novas, distorcendo sons, mudando sinais para sobreviver. Linguagem como escudo. Língua como arma. Língua como vida.

E penso na arrogância dos livros da escola insistindo em dizer que “os índios foram pacificados”.

¹A “Nação Cariri” aparece nos relatos missionários como um conjunto amplo de aldeias distribuídas ao longo do rio São Francisco. Martin de Nantes, que esteve na região entre 1659 e 1682, relata ter vivido oito meses “numa nação de índios denominados Cariris”, e que lhe informaram existir “uma grande quantidade de aldeias da nação Cariri” ao longo do rio, evidenciando sua forte presença no sertão colonial (NANTES, 1979 [1706]).

Segundo o dicionário digital Aulete, pacificar significa “Acabar com conflitos, agitação, agressividade; acalmar-se-; tranquiliza-se”.

Nesse contexto, porém, pacificar sempre foi uma palavra bonita para “invadir e tentar destruir”.

Um eufemismo mais perigoso do que uma arma.

Como é que alguém pacifica um povo que cria línguas secretas para resistir?

Como é que alguém pacifica quem decide sobreviver em silêncio, mas nunca em submissão?

Quando o Cacique fala dos “brabio“, eu entendo que bravio nunca significou selvagem: significou indomável. Significou “não vamos abaixar a cabeça”. Significou “vocês não mandam na gente”.

E essa teimosia bonita nos salvou inúmeras vezes.

Dói saber que nosso território original tinha seis léguas quadradas, como me contou o Cacique Neginho durante a entrevista, ao lembrar os registros antigos e a própria memória do povo, um espaço irmenso que ia de Belém do São Francisco até Santa Maria da Boa Vista, um corredor de vida, rio, caça, aldeias, histórias.

Hoje, depois de séculos de invasões, expulsões e mentiras, o que restou de forma contínua foi a Ilha Grande, a Ilha Mãe.

É como se tivessem pegado a casa inteira do seu avô e deixado só um quarto e ainda assim quisessem te convencer de que aquele quarto nunca foi seu.

A Casa da Torre, a Capitania Hereditária, fazendeiros, grileiros, e depois o Estado.

Todos foram chegando. Todos foram empurrando. Todos foram cercando.

O território foi sendo espremido até virar uma ilha cercada.

E mesmo ali dentro, no meio do aperto, o povo continuou dançando toré, criando filhos, plantando, rezando.

Isso, para mim, é resistência.

Resistência não é só ficar de pé, é continuar vivendo quando tudo ao redor tenta te matar.

Mas nenhuma dor histórica me atravessa mais do que a da traição de 1910.

O Cacique contou com uma calma afiada, e eu senti o sangue esquentar.

“O bispo de Pesqueira convenceu nossos mais velhos de que, se doássemos a terra para Nossa Senhora da Conceição, ela estaria protegida. Quando doamos, o bispo vendeu a ilha inteira”.

Não foi ingenuidade.

Não foi burrice.

Foi manipulação religiosa.

Foi usar a fé do povo como arma.

Foi prometer proteção e entregar roubo.

Dizem que a pior violência é aquela que usa a confiança como instrumento.

Com o povo Truká foi exatamente assim.

Depois da venda, derrubaram nossa capelinha. Derrubaram o lugar onde rezávamos, onde fazíamos ritual, onde conversávamos com os encantados. Derrubaram como quem arranca a raiz.

Mas a raiz indígena não se arranca assim.

Raiz renasce até na cinza.

O período seguinte, logo após a venda da Ilha de Assunção, em 1910, como explicou o Cacique, foi de cerco aberto.

Nas décadas seguintes, a Ilha passou a ser invadida por um conjunto inteiro de novos donos: posseiros, jagunços, políticos e famílias inteiras que passaram a tratar indígena como intrusos.

“Depois da venda, começou o tempo dos rituais escondidos. Tinha que dançar no mato. Tinha que rezar longe da vista dos brancos. Tinha gente que dormia no rio pra não morrer.”

Ele falou de Acilon e Antônio Cirilo, que dormiam mais dentro da canoa do que em casa.

A imagem ficou presa na minha cabeça:

corpos cansados boiando na escuridão, procurando segurança na água porque a terra já não era segura.

E ainda assim, mesmo escondidos, o povo não abandonou o toré.

O toré não é festa: é coluna vertebral.

É a espinha que sustenta o corpo inteiro.

Gosto de imaginar alguém cantando baixinho no meio da noite:

Aí na eina...

Ei na ei naô...

Porque cantar é resistir.

E resistir é seguir vivo.

Se o Cacique me contou a história grande, foi Tia Margarida (91 anos) quem me contou a história pequena, a do cotidiano, aquela que nunca aparece nos livros, mas que diz tanto quanto qualquer documento colonial.

Ela fala com um jeito que mistura dor e riso.

Um jeito que só quem sobreviveu à perseguição conhece.

“Fui muito roubada lá, meu filho. Na roça, na casa, no quintal. Até o dinheiro levaram! Carregaram carambola, coco, caju... até às canas!”

Quase rindo, como quem não deixa a dor ganhar sozinha.

Em outro momento completou:

“Cada viagem que eu fazia, roubavam uma coisa. Roupas jogadas no chão, bombom derramado, chapéu... tudo revirado.”

Dói imaginar uma senhora tentando plantar, colher, criar galinhas, e tendo tudo destruído por pura perseguição.

Foi depois de tanta pressão que ela acabou indo morar na zona urbana longe da Ilha, longe do seu chão.

Mas ela não ficava só na dor.

De repente mudava o tom:

“Quando fui agora para a aldeia, meu filho... ah, foi bonito demais! O povo me cuidando parecia que eu era rainha! Puxaram um toré lá, comecei a me balançar...”

E eu quase consigo vê-la:

ombros voltando ao lugar, coluna se endireitando, olhos brilhando como se alguma parte do tempo se recusasse a envelhecer.

Enquanto eu ouvia tudo isso, percebi que aquele menino em silêncio na sala de aula estava sendo reparado.

Cada frase do Cacique e de Tia Margarida costurava o buraco que o professor tinha aberto.

A escola dizia “índio acabou”.

A história dizia “acabou foi a mentira”.

A escola dizia “foram pacificados”.

A história dizia “criaram línguas secretas pra sobreviver”.

A escola dizia “perderam o território”.

A história dizia “o território foi roubado com engano religioso”.

A escola dizia “não existe mais”.

A história dizia “estamos vivos”.

O passado do povo Truká não é passado:

está no corpo de cada parente, está na Ilha, está em mim.

E como se não bastasse a violência privada, o Estado também chegou.

Nos anos 1980, o governador biônico de Pernambuco, nomeado, no período da Ditadura Militar, por Figueiredo instalou dentro da Ilha de Assunção um campo experimental do Departamento de Proteção Vegetal (DPV).

A ideia oficial era “pesquisa agrícola”.

Na prática, era invasão.

O Cacique contou:

“Até o terreiro de casa eles aravam. Não deixavam nada em pé. A gente olhava e era como se quisessem apagar nossos passos, nossa história. Diziam que era ordem, que tinham que limpar tudo. Mas limpar o quê? Limpar a vida da gente?”

Onde antes havia mandioca, feijão, milho, pequenas criações, a Companhia de Sementes e Mudanças de Pernambuco (SEMEMP) e o estado passava o trator

Territórios sagrados viraram área de teste. E, para completar a violência, indígenas foram proibidos de circular pelas próprias roças, como se fossem invasores dentro da sua própria terra ancestral.

Não era só memória oral dos mais velhos. A violência do Estado contra os Truká, assim como contra tantos outros povos indígenas de Pernambuco e do Nordeste, estava registrada até na imprensa da época. O próprio jornal *Diário de Pernambuco*, em 1980, denunciava com todas as letras o que estava acontecendo na Ilha de Assunção e em outras terras indígenas.

Fig. 2 – A prova impressa da invasão Truká.



Fonte: Diário de Pernambuco (1980).

Era como se o Estado repetisse a lógica da Capitania Hereditária: usar a lei como arma.

A Ilha, que já vinha sendo espremida por posseiros e jagunços, agora era sufocada também pelo poder público.

Foi desse aperto que nasceu a retomada de 1981 a primeira grande ação coletiva contemporânea do povo Truká.

Ali começou o processo de reorganização política, de levantar a cabeça e dizer:

“Daqui a gente não sai mais.”

O povo Truká passou séculos resistindo:

Se escondendo, criando língua secreta, fingindo obediência para sobreviver, dormindo em canoa, dançando toré longe, reconstruindo capelinhas, suportando humilhação.

Ninguém aguenta eternamente esse tipo de vida.

A retomada não foi um ato isolado, foi a resposta de cinco séculos de violência.

Uma resposta que começou muito antes de 1981, mas que ganhou força ali.

A Ilha lembrou quem era a dona dela.

E nós lembramos juntos.

Enquanto escrevo, penso naquele menino na sala de aula.

Ele acreditava que o silêncio ia protegê-lo.

Hoje digo para ele:
você não estava errado.
Você só não tinha as palavras ainda.
Agora tem.
E essas palavras não são só minhas.
São de Tia Margarida. Do Cacique Neguinho.
Dos “brabios”.
Das mulheres que seguraram a roça.
Das famílias que sobreviveram à fome, à água, ao fogo, ao medo.

Eu escrevo este capítulo como quem segura maracá:
com responsabilidade, com cuidado, com memória.
O professor dizia que os povos indígenas do Nordeste desapareceram.

Eu termino este capítulo dizendo:
Eles acharam que tinham ganhado.
Não sabiam que a gente só estava esperando a hora de fazer a Ilha lembrar quem é dona dela.

E enquanto escrevo, escuto mesmo que longe a linha de toré que sempre volta e sempre chama:
Aí na eina...
Ei na ei naô...



A ILHA QUE RESPIRA ANTIGOS

Ninguém chega à Ilha da Assunção sem sentir que está entrando em um território que respira por conta própria. O chão parece guardar memórias por baixo das pedras, como se cada raiz tivesse aprendido a ouvir antes de aprender a crescer. O vento do Rio São Francisco não sopra apenas: ele carrega dados de tempos antigos, murmúrios de povos que atravessaram séculos preservando o que podiam, protegendo o que conseguiam, ocultando o que precisavam ocultar para continuar existindo.

Neguinho Truká acende o cachimbo devagar, como quem respeita o silêncio antes de atravessá-lo. Há uma gravidade suave no gesto, não peso, mas densidade. Ele faz parte do ritmo da ilha, não fala antes que o território permita. E só então, quando o silêncio se acomoda ao redor, ele começa:

“Meu nome é Aurivan dos Santos Barros, conhecido como Cacique Neguinho Truká. Historicamente, o povo Truká habita a Ilha de Assunção e o Sertão do São Francisco. Existem relatos escritos desde o ano de 1625. Nós sempre estivemos por aqui...”

A fala parece vir de algum lugar que não é apenas a garganta, vem do tempo. O Cacique não lembra a história: ele a atualiza. Quando pronuncia “nós sempre estivemos por aqui”, não está defendendo um argumento, mas afirmando uma presença contínua, tão profunda quanto o próprio rio que margeia a ilha. Como se dissesse que a história escrita pode ser recente, mas a história vivida é imemorial.

Ele continua fumando o cachimbo enquanto descreve as seis léguas quadradas deixadas pela Coroa Portuguesa, E fala sem pressa, como quem sabe que o tempo das aldeias é outro.

Quando Neguinho menciona a Ilha Grande, seus ombros se alinham com o rio. É como se o corpo respondesse primeiro. A Ilha não é geografia; é princípio. É a entidade que permitiu que o povo Truká sobrevivesse às invasões, às divisões, às violências e às transfigurações. A Ilha é o centro de gravidade da espiritualidade Truká e, ao mesmo tempo, sua fronteira mais vulnerável.

Os mapas coloniais, quando passados a limpo, tentam dar a impressão de ordem. Mas o território Truká não cabe nesse desenho: ele é capilar. Ele se estende por margens, ilhotas, alagados, trilhas feitas com os pés dos pescadores e caminhos que só os canoeiros sabiam percorrer.

“A gente sempre viveu daqui até a divisa com Salgueiro, Serra da Bananeira, Serrote de Ponta...”

Nomes que, para quem escuta de fora, soam como pontos. Para o povo Truká, são pulsos. Cada lugar carrega uma história, uma cicatriz, uma roça perdida, uma fuga, um ritual.

E foi nesse mesmo território que ocorreu uma das fraturas internas mais profundas: a divisão entre os “brabios”, aqueles que não aceitavam a presença do não indígena e os que, pressionados pela Igreja, acabaram cedendo. Neguinho menciona essa parte sem drama:

“Teve um momento da nossa história em que o povo se dividiu: parte ficou entre os brabios, na área de Cerqueira, e parte entre os índios que aceitaram a presença da Igreja na Ilha de Assunção”.

O Cacique fala devagar, mas a frase carrega séculos de feridas. A divisão não era apenas política: era espiritual. Os “brabios” criaram linguagens para sobreviver. Línguas que embaralhavam o tempo, codificavam o caminho, escondiam a hora da reunião para confundir os perseguidores.

As palavras se tornaram escudo. A língua, a arma. A inventividade como sobrevivência. Não uma resistência romântica, uma resistência cansada, perseguida, estratégica.

Neguinho conta que, na época da Capitania Hereditária, “quem comprava cinco vacas levava um casal de brabios de presente”. A frase sai com firmeza, não com raiva. Ele narra como quem observa uma ferida antiga ainda tremendo sob a pele. Há traumas que só podem ser ditos assim sem sublinhado, sem exclamação, apenas expostos.

A Ilha resistiu a expulsões, investidas, cercos e cercadores. Resistiu a jagunços, a militares, a cercas improvisadas, a violações sucessivas. Mas não resistiu à fé.

Neguinho narra a história como quem manuseia um objeto cortante. A ferida não é metafórica, é espiritual. A promessa feita pela Igreja era simples e mortal: doar a terra para Nossa Senhora, e ela estaria protegida. A crença foi usada como arma. A devoção virou isca.

“Foi uma negociação longa, quase 20 anos de convencimento...”

As palavras parecem pesadas. Há histórias que ele não precisa explicar: basta enunciar. A doação foi feita em 1910. E ao invés da proteção prometida, veio a repressão.

“O bispo, então, vendeu toda a terra da Ilha de Assunção para Pereira do Ramo, um dos compradores registrados na época”.

Não há mudança no tom, o cacique não aumenta a voz. Mas a Ilha muda de atmosfera. O vento para por um segundo. A história se contrai.

Depois da venda, veio o cerco. O derrubar da capelinha. A imposição de outra fé. A cruz não como sacralidade, mas como pretexto. O Cacique corrige uma ideia recorrente:

“Acham que a cruz chegou com os portugueses, mas isso não é verdade. Quando os portugueses chegaram, a gente já dançava em torno de um cruzeiro”.

O que ele dizia não era apenas uma correção histórica, mas um lembrete de que o símbolo do cruzeiro já fazia parte da espiritualidade do povo. A cruz, não era sinal de colonização, e sim de ligação com o sagrado, com os encantados, com o céu e com a terra. Antes mesmo dos portugueses pisarem na Ilha, o povo já se reunia ao redor do cruzeiro para rezar, celebrar e fortalecer a comunidade.

A fala redesenha o imaginário. O que chamam de “influência externa” era, na verdade, apropriação sobre algo que já existia. A cruz não era símbolo alheio, era símbolo ancestral.

Antes de existir cacique, antes de existir capitão, antes de existir a figura política que hoje carrega a responsabilidade do povo, existiam os mestres. As lideranças espirituais e organizadoras do território.

Neguinho lembra:

“A ilha sempre foi dividida naturalmente entre 25 aldeias e três cacicados, mas, na época, não existiam caciques: existiam os mestres. O Mestre, foi Antônio Ciriaco da Luz e o Contra-Mestre Antônio Cirilo”.

Essas figuras não governavam. Conduziam. Eram responsáveis por manter a circulação de saberes, por harmonizar conflitos, por guiar a espiritualidade. Cada decisão era tomada não por hierarquia, mas por consulta. O tempo dos mestres era outro: circular, ritual, encantado.

E foram eles, ou aqueles que herdaram suas funções simbólicas, que sustentaram o período mais duro, quando os rituais precisavam ser escondidos, quando a canoa era lugar de descanso, quando a fé atravessava o rio para não ser descoberta.

A Ilha da Assunção já teve muitos nomes, Ilha dos Cavalos, Ilha da Landicida, Ilha do Aldeamento de Pambu. Todos impostos. O povo nunca precisou nomeá-la. “Ilha Grande”, “Ilha Mãe”. Como quem reconhece uma entidade, não uma propriedade. Um ser que abriga todos os outros.

O Cacique explica:

“Aqui na Ilha de Assunção vivemos nossa história. Ilha de Assunção é uma denominação mais recente, imposta pela Igreja Católica... Nosso povo, porém, nunca adotou um nome específico. Sempre a chamamos de Ilha Grande ou Ilha Mãe.”

A Ilha atravessa o capítulo como personagem, às vezes silenciosa, às vezes rugindo baixo, sempre presente. É ela quem decide o que permanece. É ela quem protege. É ela quem reclama quando é ferida.

Há acontecimentos que pertencem à ordem do visível e outros que exigem outra lógica para serem compreendidos. Quando Neguinho fala sobre os Encantos, o território inteiro parece inclinar-se para escutar.

Ele conta:

“A revelação dos Encantos possibilitou que nossos guerreiros Acilon Ciriaco da Luz e Antonio Cirilo iniciassem uma nova fase da nossa luta pela reconquista da Ilha de Assunção.”

A palavra “encantos” não é metáfora. Não é figura poética. É dimensão concreta da espiritualidade Truká. São entidades, forças, ancestrais, presenças, e foram elas que indicaram o caminho da retomada.

Acilon e Antônio Cirilo viajaram guiados por sonhos. Uma narrativa que, pra quem observa de fora, poderia ser lida como mística; para o povo Truká, é método. Foram essas revelações que os levaram até Recife, ao encontro com Raimundo Dantas Carneiro, que desencadeou o processo jurídico que duraria 50 anos.

Cinco décadas de resistência, de negar a narrativa colonial de que “aqui não existiam mais índios”. Cinco décadas de persistência que não cabem em linguagem administrativa.

E foi por meio dos Encantos que Acilon recebeu o nome verdadeiro da aldeia: Com o tempo, porém, e com a forma como o Estado passou a registrar nomes indígenas, Turká acabou transformado em Truká. A palavra, que sempre circulou livre pela oralidade e retornou através do único território onde a colonização não tem domínio, o território do invisível, da memória e do sagrado, teve sua forma escrita capturada pelos instrumentos do poder estatal.

Assim, aquilo que nasceu por meio dos Encantados foi enquadrado pela burocracia, moldado pelas mãos que historicamente decidiram o que merecia existir nos papéis oficiais e o que poderia ser distorcido sem questionamento.

Quando Neguinho resume quem são os Truká, não o faz com frieza antropológica. Ele fala como se estivesse apresentando uma casa antiga, mas ainda habitada.

“O povo Truká é uma das famílias da grande nação Cariri... Somos conhecidos como o povo das Matas Brancas, o povo do Véu das Águas, o povo canoeiro e o povo da nação Procá”.

As identidades não são slogans. São camadas. São modos de existir. São ecos de uma memória que nunca deixou de vibrar. E o Cacique completa:

“Até hoje, temos fama de ser um povo ‘difícil de lidar’ porque não aceitamos imposição de ninguém”.

Não é orgulho. É diagnóstico. É sobrevivência. É marca de tantos séculos recusando o apagamento, negociando apenas o necessário, preservando o que podia ser preservado. Em certo momento, Neguinho interrompe a narrativa histórica e desloca o olhar para o presente, o presente que ameaça o futuro do rio.

“A primeira pergunta que a gente precisa fazer é a seguinte: o Rio vai resistir 10, 20 ou 30 anos na situação em que se encontra hoje?”.

A pergunta não é retórica. É existencial.

O Cacique descreve o rio não como recurso, mas como corpo.

“Aqui onde vivemos, só é possível existir graças ao São Francisco. Se ele morrer, tudo isso vira um deserto”.

A escolha das palavras importa: existir, não apenas viver. O povo Truká não habita o rio, é habitado por ele. E a espiritualidade Truká se ergue justamente dessa relação. Mas o São Francisco está doente. E quem escuta percebe que, para o Cacique, a maior ameaça não é técnica, política ou jurídica é espiritual.

Neguinho descreve as retomadas como quem lista batimentos cardíacos de um corpo em luta:

“Em 1981 fizemos a primeira retomada da Bomba 1...

Em 1994 fizemos a retomada de uma área dominada por Xinxá...

Mais à frente fizemos a retomada da Caatinga Grande...

Em 1999, fizemos a retomada do restante da ilha de Pereira do Ramo...

Em 2007, fizemos a retomada do continente...”.

Cada data é um movimento. Cada retomada é uma respiração profunda do território. E cada respiração carrega um pedaço do que os Encantos revelaram, do que os mestres ensinaram, do que o povo preservou na surdina.

Mas este capítulo termina antes da Caatinga Grande. Ela aparece apenas como sombra, como semente, como palavra que se aproxima carregada de presságios.

A Ilha parece se agitar ao escutar esse nome.

As palavras finais de Neguinho ecoam como abertura de outro tempo:

“Mais à frente fizemos a retomada da Caatinga Grande [565 hectares]”.

A frase é simples.

Mas tudo nela aponta para um desdobramento.

O território que havia sido esvaziado, escondido, roubado, prometido, vendido, loteado, cercado, esse território voltaria a respirar. E voltaria não apenas como espaço retomado, mas como território espiritual reerguido.

A Caatinga Grande seria mais que retomada: seria reencantada.

E é para lá que a narrativa precisa seguir.



*A retomada da Aldeia Caatinga Grande:
o retorno dos encantados*

Peguei um moto táxi e fui à Escola Estadual Indígena Maria Antônia da Conceição Praça.

A sala parecia respirar junto conosco. Depois que Pretinha ajeitou os cadernos e se acomodou, algo mudou. Era como se o território, mesmo protegido pelos muros de uma escola, tivesse puxado uma cadeira e se sentado ali com a gente para ouvir sua própria história ser recontada.

Dava para ouvir o vento. Crianças falando, suas risadas atravessando as paredes como ecos de um futuro que ainda precisava ser protegido. E foi nesse cenário que iniciei a conversa com Pretinha.

Quando perguntei seu nome e idade, ela não respondeu como quem recita dados pessoais. Respondeu como quem afirma um lugar, um percurso, uma luta:

“Meu nome é Edilene, Edilene Bezerra Pajeú, porém o movimento indígena me conhece mais como Pretinha Truká. Eu tenho 50 anos, sou membro da Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco e da OPIT, a Organização de Professores Indígenas Truká.”

A voz dela tinha segurança, mas tinha também memória. E tinha, sobretudo, território.

Ela respirou fundo antes de continuar e naquele instante, eu soube que estávamos prestes a atravessar o coração da aldeia Caatinga Grande, não pela mata, mas pela lembrança.

“Como começou o movimento de retomada da Caatinga Grande?”

Minha pergunta ficou suspensa no ar. Pretinha não respondeu apressada. Recomeçar uma história exige sempre que a gente volte antes, volte mais fundo, volte até onde dói. E foi isso que ela fez.

“O movimento da Caatinga Grande começou em 95, após uma retomada de 94 no território da área da CRC.” Ela falava com precisão, como quem traz na memória não apenas datas, mas poeira, passos, mapas invisíveis do território. Explicou que as famílias ligadas a Antônio Cirilo, que viviam naquela parte baixa da ilha, já alimentavam o desejo de regressar.

Era mais que desejo. Era chamado.

A retomada de 94 tinha sido como um fio aceso e 1995 surgia como continuidade inevitável. A Caatinga Grande não era um lugar ao qual se voltava: era um pedaço arrancado que finalmente exigia retorno.

Pretinha continuou:

“Começaram esse processo de mobilização com as famílias, indo de casa em casa, reunindo cada grupo que ainda resistia espalhado pela região. Primeiro eram só conversas, reuniões pequenas, quase escondidas, mas necessárias para lembrar quem éramos e por que a gente não podia abrir mão da Ilha. Depois vieram os encontros maiores, quando já havia coragem suficiente para dizer em voz alta que a retomada era possível. Foi aí que as famílias começaram a se reconhecer como coletivo de novo não mais cada um lutando sozinho, mas todo mundo entendendo que, se não fosse junto, não ia acontecer”.

Não havia romantização na palavra “mobilização”. Era trabalho. Era risco. Era reconstrução de laços e, ao mesmo tempo, da própria terra, que naquele período estava ocupada e ferida.

As famílias que abriram o caminho não marcharam com certezas, mas com uma sensação de que já não era possível permanecer longe. O território chamava. Antes que eu perguntasse, Pretinha já seguia para o que vinha antes, porque nenhuma retomada nasce no ano em que se materializa. O início está sempre muito antes do papel, antes do conflito, antes do barraco levantado.

“No território, a gente tem os relatos dos mais velhos. O retorno para o território Truká começa na década de 80.”

A década de 80, disse ela, não foi apenas um marco temporal: foi um marco espiritual, político e afetivo. Quando os Truká começaram a descer para a ilha naquela época, encontraram a terra tomada por não indígenas. Encontraram o território partido em ausências, feito de bloqueios e proibições.

E ainda assim, voltaram.

Voltaram porque Antônio Cirilo e Ciriaco da Luz começaram a juntar as pessoas, a colar os pedaços da comunidade, a convocar lembranças. O território estava ocupado, mas a memória não. A memória seguia ali, viva, resistente, insistente.

Assim, a primeira retomada dos anos 80, entre 1981 e 1982, marcava o início do ciclo que, mais de uma década depois, explodiria na retomada de 1995.

Mas para entender o que Pretinha contava, eu precisava olhar para o que havia antes: quem ocupava aquelas terras que o povo Truká chamava de casa? Não era só terra vazia, não. Era um emaranhado de cercas postas por posseiros não indígenas, herdeiros da velha venda fraudulenta de 1910, quando o bispo de Pesqueira convenceu os mais velhos a doar a ilha para “protegê-la” e logo a revendeu para Pereira do Ramo e outros grileiros. Anos depois, o Estado de Pernambuco entrou na dança, criando núcleos de colonização em 1965, atraindo famílias de fora com lotes individualizados, ignorando os Truká que ali viviam há séculos. Eram fazendas de gado, plantações de arroz que sugavam o solo, o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) testando sementes em roças que não lhes pertenciam, à Companhia de Sementes e Mudanças de Pernambuco (SEMEMPE) destruindo lavouras indígenas para impor as suas. Até a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), com seus projetos de irrigação, chegava como mais uma camada de invasão, transformando o rio em ferramenta de controle. Aquelas terras, que outrora eram seis léguas quadradas de vida, indo de Belém do São Francisco a Santa Maria da Boa Vista, haviam sido espremidas para menos de 1.650 hectares iniciais, divididos em lotes que mal cabiam às famílias expulsas. Os Truká viravam meeiro na própria terra, trabalhando para quem os tratavam como intrusos.

Pretinha pausou, como se sentisse o peso daquela ocupação no ar da sala. “Eles achavam que a ilha era deles. Cercavam com arame farpado, botavam gado pra comer o que sobrou das nossas roças. Mas a terra não esquece.”

Quando perguntei sobre o momento mais difícil, Pretinha não hesitou:

“Foi o início. Tiveram muita repressão... destruição das roças, abusos, violências contra os indígenas. Não foi um dia só, não. Era coisa que vinha vindo, apertando devagar, como se quisessem que a gente desistisse por cansaço. Passavam e pisavam na plantação, derrubavam o que encontravam pela frente, mexiam com as mulheres, ameaçavam os homens, gritavam com as crianças. Era para quebrar a gente por dentro, sabe? Para mostrar que, se quisessem, podiam fazer a ilha parecer deles”.

Ela descreveu o cenário com a sobriedade de quem sabe que contar é necessário, mesmo quando dói. Havia dentro do território empresas do governo, como o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), e essas instituições, com suas forças policiais, tornaram-se aliadas do processo de expulsão e violência.

Era como se cada passo dado pelos Truká encontrasse duas barreiras:

- uma cerca material,
- e uma cerca política.

E, simultaneamente, outra cerca invisível: o medo.

Mas nenhuma delas conteve o movimento.

A retomada de 1995 carregou um peso que as anteriores não carregaram.

“Das quatro retomadas que nós tivemos na ilha, ela foi a única que teve reintegração de posse”.

A frase caiu pesada. É que reintegração de posse não é só um ato jurídico. É polícia. É força. É tensão. É ameaça. É um Estado entrando no território para empurrar corpo indígena pra fora, empurrar história, fé, memória, espiritualidade.

Ela contou que aquela reintegração obrigou os indígenas a sair do acampamento, mas apenas por 24 horas.

Um dia.

Uma noite.

E eles voltaram.

A volta foi mais importante que a saída, porque ali se firmou a certeza de que nada romperia a determinação daquelas famílias.

Foi ali também que a figura feminina cresceu.

“Foi liderada por uma mulher: Dona Lurdes Cirilo”.

Fig. 3 - Dona Lurdes, liderança histórica do povo Truká.



Acervo Truká. Dona Lourdes. 2009

Há nomes que, quando ditos, parecem abrir passagem. Lourdes Cirilo era filha de Antônio Cirilo e carregava nas mãos a força de uma história que não se apaga. Sob a liderança dela, a Caatinga Grande não apenas resistiu: se afirmou.

A narrativa de Pretinha tomava forma dentro da escola não como discurso, mas como corpo. Havia peso nos ombros dela ao lembrar dos abusos, violência, expulsões. Mas havia também uma firmeza tranquila quando ela dizia:

Eles expulsaram.

Mas nós voltamos.

E voltamos juntos.

Era essa a parte que parecia sustentar todo o resto.

A voz de Pretinha já tinha nos conduzido pelas primeiras trilhas da retomada e agora ela se aproximava do ponto em que a história deixava de ser apenas movimento e se tornava ruptura. Ruptura com o medo, com a expulsão, com o silêncio histórico imposto ao povo Truká.

A sala da escola parecia cada vez mais pequena diante da grandeza do relato. Do lado de fora, as crianças gritavam e corriam, mas a voz dela era a bússola que marcava o ritmo do tempo. Cada detalhe que ela trazia era como abrir uma trilha que só pode ser percorrida com cuidado.

E foi assim que ela entrou no coração da retomada de 1995, um coração que pulsava rápido, tenso, mas firme.

A reintegração de posse não foi apenas uma ordem judicial: foi a encenação pública do conflito entre dois mundos.

De um lado, o território indígena retomado por seu povo.

Do outro, as forças policiais, acionadas pelas empresas e pelos posseiros que dominavam a região.

A brevidade do tempo é uma das marcas mais fortes dessa história.

Não foi uma semana.

Não foi um mês.

Foram só vinte e quatro horas.

Vinte e quatro horas para que o medo e a revolta se transformassem em decisão.

Vinte e quatro horas para que as famílias se olhassem e entendessem que, se recuassem naquele momento, perderiam mais que a terra, perderiam o futuro.

E então voltaram.

Voltaram porque a terra não é um lugar.

É uma origem.

A volta foi mais poderosa que qualquer ordem judicial.

Se 1995 é lembrado até hoje como um marco, é também porque foi um processo liderado por uma mulher.

No decorrer de suas palavras, Pretinha não reprime o orgulho:

“Essa retomada de 95 da Caatinga Grande foi especial porque teve como liderança de frente Dona Lourdes. Não foi só por ela estar à frente das decisões, mas pela maneira como ela reunia as pessoas, como chamava cada família pelo nome, como fazia questão de explicar o que estava em jogo. Ela não deixava ninguém para trás. Era firme, mas acolhedora, dessas lideranças que não precisam levantar a voz para serem escutadas”.

Dona Lourdes Cirilo, filha de Antônio Cirilo, atravessou três frentes ao mesmo tempo: a política, a espiritual e a física.

Ela assumiu a linha de frente enfrentando posseiros, policiais e autoridades.

Ela reorganizou famílias.

Ela articulou estratégias.

Ela manteve a chama acesa nos dias mais tensos.

E, sobretudo, ela mostrou que a luta não é um espaço permitido às mulheres, é um espaço que as mulheres sempre ocuparam, mesmo quando a história oficial tentava apagá-las.

A presença de Dona Lourdes iluminou uma verdade que Pretinha reforça:

As mulheres Truká nunca estiveram atrás.

Sempre estiveram ao lado.

E muitas vezes na frente.

A retomada não começou apenas com quem estava ali.

Começou também com quem precisou retornar de longe de cidades como Petrolina, Juazeiro e São Paulo. Famílias que haviam sido arrancadas do território décadas antes.

Pretinha então mergulhou na própria história:

Seu pai foi uma dessas pessoas. Saiu porque trabalhar para os posseiros, como meeiro, significava trabalhar na própria terra como se fosse invasor.

Ela contou:

“Meu pai foi uma das famílias que se desintegrou do território... porque aqui os posseiros tinham tomado conta. Não era só perder a casa, não. Era perder o jeito de viver, a rotina, o cheiro da terra molhada, o caminho que ele fazia desde menino. Quando os posseiros chegaram, chegaram como quem já se acha dono de tudo: marcando, cercando, mandando, decidindo onde a gente podia ou não pisar. E aí famílias inteiras foram sendo espalhadas, quebradas em pedaços”.

E assim cresceram fora, sem poder dizer que eram indígenas, porque isso significava risco, preconceito, perseguição. Os Truká foram silenciados na própria cidade, impedidos de nomear a si mesmos. E isso não aconteceu por acaso: foi resultado de uma política histórica de negação da identidade indígena no Nordeste. Em diferentes estados, governantes utilizaram estratégias que, direta ou indiretamente, apagavam povos originários das estatísticas, dos documentos e da vida pública.

Quando Dona Lourdes iniciou a articulação da retomada de 1995, começou também a convocação das famílias que tinham sido espalhadas pelo mapa.

Era como recolher pedaços de um corpo que tinha sido fraturado ao longo das décadas.

“Voltem.”

“É hora.”

“Estamos retomando.”

E as famílias voltaram, inclusive a de Pretinha.

Ela lembrou que estranhou a decisão do pai. Para ela e os irmãos, jovens criados longe da ilha, aquilo parecia improvável.

Por que trocar a relativa estabilidade por uma terra sem casa, sem garantia?

A resposta veio como uma revelação:

Eles pertenciam àquele território mesmo sem saber.

Voltaram, portanto, primeiro sem entender.

Depois, sem querer sair.

E finalmente, compreendendo tudo.

A chegada de Pretinha à retomada como adulta em formação no magistério ocorreu num momento crítico: tudo o que ela havia aprendido sobre povos indígenas até então era mentira.

Ela repetiu isso com firmeza, quase com dor:

“Tudo que a gente sabia sobre os povos indígenas era o que a gente escutava na mídia. E eram ideias errôneas.”

Para ela e tantos outros jovens Truká, era como tentar enxergar o próprio povo através de um vidro embaçado por séculos de estereótipos.

Eles tinham estudo, mas não tinham a verdade.

Tinha diploma, mas não tinham identidade.

Tinha acesso à escola, mas não tinham acesso à própria história.

Por isso, a retomada de 95 representou também um processo de reconstrução intelectual e espiritual.

Não era só recuperar a terra.

Era recuperar o direito de se olhar no espelho sem distorções coloniais.

Pretinha descreveu que os professores indígenas, naquele período inicial, precisaram fazer um movimento profundo: o esvaziamento do conhecimento colonial. Era preciso desaprender o que lhes ensinaram para reaprender o que sempre foi deles.

Era como retirar camadas de tinta que escondiam a cor original.

Ali, no meio da luta pela terra, nascia também a luta pela verdade histórica.

A compreensão de que cultura indígena não é estática.

Que identidade indígena não é uma fotografia do passado.

Que ser Truká, hoje, é resultado de cinco séculos de sobrevivência, não de pureza.

Era necessário reconstruir tudo.

E eles reconstruíram.

A cada trecho da fala de Pretinha, o território se revelava como centro de tudo.

Sem terra:

não há ritual,

não há cultura,

não há juventude,

não há futuro.

Isso não era discurso. Era realidade vivida.

“Nós não queríamos que a geração futura passasse pelo sofrimento dos nossos pais.”

A frase tinha o peso de uma herança que não se quer transmitir.

Por isso a retomada foi tão radical.

Por isso ninguém recuou.

Por isso as famílias enfrentaram polícia, jagunço, reintegração de posse, expulsão e retorno.

Havia algo maior do que todas as ameaças:

a certeza de que o território era a espinha dorsal de tudo.

Nesta parte da conversa, Pretinha fez questão de mostrar que a retomada não é um evento isolado, é uma corrente contínua.

O passado chama os adultos.

Os adultos chamam os jovens.

Os jovens seguram o futuro.

Mas por muito tempo, a juventude se afastou das pautas indígenas. Era um desafio real. Um risco. Uma perda.

A escola, então, o mesmo espaço onde estávamos sentados tornou-se ferramenta essencial. Por meio dela, a história voltou para dentro do currículo. As pesquisas, os documentos recuperados... tudo se tornava matéria viva, ensinada com identidade e propósito.

E assim a juventude voltou.

Voltou para os rituais.

Voltou para as mobilizações.

Voltou para as viagens à Brasília.

Voltou para a luta.

Era a retomada dentro da retomada.

A história da retomada não é uma linha reta, é um território cheio de curvas, pausas, silêncios e explosões. E quando Pretinha entrou no assunto de 1999, a atmosfera da sala pareceu mudar. Era como se o ar ficasse mais denso, como se aquela parte da memória pesasse mais do que as outras.

Ela respirou fundo antes de começar.

E o corpo dela, mais do que as palavras, anunciou que estávamos entrando na parte mais tensa.

Se 1995 havia inaugurado um novo movimento, 1999 seria a prova definitiva de que o povo Truká estava disposto a segurar a terra com as mãos, com a voz, com a presença e, se preciso, com o próprio corpo como barricada.

Foi um período em que as tensões não vinham apenas dos posseiros. Vinham do próprio Estado, um Estado que chegava fardado, armado, apoiado por denúncias distorcidas e discursos carregados de preconceito.

Pretinha descreveu com clareza:

“Tivemos a presença da Polícia Militar, Civil e Federal no território. Não era apenas fiscalização: era pressão, vigilância, ameaça. As viaturas chegavam como se estivessem entrando em terra sem dono, impondo medo, tentando conter um movimento que, na verdade, era apenas a retomada de um direito ancestral”.

A frase vinha como golpe. Não era metáfora.

Não era exagero.

Era fato.

A retomada de 1999 não foi só disputa territorial, foi conflito aberto.

Fig. 4 - A repressão em plena retomada.

Conflicto

Violência contra os Truká



No dia 19 de agosto, pela manhã, um contingente da Polícia Federal, sob o comando do delegado Marcos Cutrim, entrou na área indígena Truká, sem a autorização dos índios e sem o conhecimento do Ministério Público Federal, com o argumento de cumprir mandado judicial, expedido pela juíza de Petrolina, Edwiges Rocha, para busca e apreensão de armas e drogas.

A ação foi truculenta, com utilização de bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e com a participação de um helicóptero. As bombas eram jogadas dentro das casas dos índios, atingindo habitações com mulheres grávidas.

A terra é o pivô do conflito

A violência contra a área indígena Truká tem relação direta com a luta pela terra. Desde o ano passado os Truká iniciaram um grande trabalho pela demarcação e retirada de todos os invasores do arquipélago de Assunção, intensamente utilizado por traficantes. A área está situada no chamado Polígono da Maconha, motivo pelo qual os Truká vem insistindo pela demarcação imediata. Diante da morosidade da Funai, os índios tentaram mais de uma vez controlar o acesso de estranhos à área fechando a ponte que liga a ilha à cidade de Cabrobó.

De janeiro a março deste ano estiveram em Brasília pressionando a Funai pela liberação de recursos para pagamento das indenizações dos posseiros.

Em abril, após a repressão à caminhada indígena, na Bahia, os Truká derrubaram duas torres de transmissão de energia da Chesf em sinal de revolta com a violência da PM da Bahia à serviço do governo federal e contra a morosidade da Funai em solucionar o problema. Em maio o ministério da Justiça coordenou uma reunião entre os índios, Funai, prefeituras locais e o Pólo Sindical, para informar que não havia recursos para pagar as benfeitorias dos ocupantes da área indígena. Os índios aguardam a liberação de R\$ 2.900,00 prometidos desde o ano passado.

A retomada da terra e as ações indígenas acirram os ânimos na região e a raiva dos traficantes e posseiros que não querem deixar a área indígena e fazem falsas acusações contra os Truká.

MENSAGEIRO 19

Fonte: Jornal O Mensageiro (2000).

Nessa parte do relato, Pretinha falava com um tipo de precisão que só sobreviventes carregam. Ela contou que, numa manhã que deveria ser como qualquer outra, os Truká foram abruptamente cercados pelas forças policiais. Não havia aviso. Não havia diálogo. Não havia gradualidade.

“Fomos abordados numa manhã pelas forças policiais, helicóptero, tinha tudo.”

Imagine o que significa um helicóptero descendo sobre uma comunidade indígena.
O barulho, o vento forte, a poeira levantada como ameaça física.
Os olhos das crianças arregalados.
O coração dos adultos acelerado.
O toré interrompido.
O território transformado em palco de guerra.

Essa manhã foi um divisor.
Uma ferida que não fecha mas que ensina.
O que trouxe as forças policiais até ali não foi acaso.
Foi construção.

Construção de narrativas distorcidas, criadas para justificar violência.
Pretinha explicou:
Os posseiros denunciaram que os indígenas eram bandidos.
Disseram que o território não era indígena.
Pintaram os Truká como invasores, como criminosos.

Era uma estratégia antiga, tão antiga quanto a própria invasão colonial:
Primeiro, retira-se a terra.
Depois, retira-se o direito à verdade.
Por fim, retira-se a humanidade.

E o Estado, quando convence a si mesmo de que está reprimindo “bandidos”, executa a ordem com mais facilidade. Assim, as forças policiais chegaram com tudo, prontas para cumprir uma história que não era verdadeira, mas que servia aos interesses de quem queria manter o território dominado.
As palavras de Pretinha trazem um peso que nenhuma narrativa literária precisaria aumentar.

“Nós tivemos um momento muito tenso na retomada de 1999. A polícia chegou de madrugada, helicóptero, tropa toda. Bateram em muitos indígenas, e levaram cinco presos. Tudo porque a gente estava lutando pela nossa terra. Eles diziam que aqui só tinha bandido, ‘um bocado de negro’, como eles falaram. Dena, nossa liderança, foi arrastado pelo chão, bateram muito nele. As crianças, que hoje são adultos, arrancaram ele da mão dos policiais. Foi um dia de muita agressão, muita violência. A gente só queria viver no território que é nosso”.
Cinco pessoas arrancadas de suas famílias, levadas sob acusação injusta, algemadas pelo simples fato de defenderem a terra onde nasceram, e onde seus avós nasceram.

Esses momentos não são apenas episódios isolados, são marcas na memória coletiva.
Cada golpe se repete na lembrança.
Cada prisão se repete na história.
Cada agressão se repete no corpo da comunidade.

Ela contou também sobre o caso mais doloroso daquele dia:
A violência contra Dena, uma liderança que hoje já não está mais viva.
Ele foi derrubado, arrastado, espancado.

E a cena foi vista por crianças e jovens que hoje são adultos, mas que carregam a marca daquele dia como cicatriz.

Se havia uma parte do relato que apertava a voz de Pretinha, era esta:
As próprias crianças entrevistaram.
Crianças que cresceram no toré.
Crianças que viram suas famílias serem expulsas.

Crianças que, ao ver uma liderança sendo atacada, fizeram o que ninguém espera de uma infância: reagiram.
Eles enfrentaram os policiais.
Arrancaram Dena das mãos deles.
Gritaram, puxaram, resistiram.
Essa cena é mais que histórica.

É visceral.
É o retrato de um povo que, mesmo na fragilidade física, possui uma força que o Estado, com toda sua maquinaria militar, não consegue quebrar.
Tenso é pouco.
Tenso é uma palavra pequena demais para o que significou aquela manhã.
Apesar de toda violência, os Truká permaneceram.
Fisicamente, sim.

Mas também espiritualmente.
A retomada não parou.
O território não se calou.
A luta não foi interrompida.

Porque havia algo que o Estado não compreendia:
a retomada não era só política.

Era espiritual.

Era ancestral.

Era coletiva.

O toré não é dança, é retorno.

E é retorno que sustenta.

Mesmo sob helicópteros, sob cassetetes, sob gritos, sob algemas, sob insultos, sob mentira, o toré continuava como raiz viva.

Depois de narrar a tensão, Pretinha foi para um ponto que transforma a dor em sentido.

Ela disse:

“A união e a força que a gente tinha, e o desejo de estar na nossa terra, valia muito a pena.”

A frase não é uma poesia.

É uma síntese política.

É um programa de vida.

É uma declaração de futuro.

A retomada não era apenas pela geração dela.

Era pela geração que viria.

Era para que as crianças do território, aquelas que viram a violência, um dia pudessem viver sem ela.

E também era para que nenhum Truká precisasse, no futuro, esconder sua identidade por medo, como o pai de Pretinha precisou fazer.

A resistência não era só reactiva.

Era projetiva.

Era planejamento de mundo.

Enquanto Pretinha falava, eu pensava na duração daquela luta que ela descrevia. Não era um capítulo curto, não. Começava em 1981, com as primeiras greves e cortes de arame, e se estendia por quase duas décadas até 1999, quando o arquipélago inteiro foi retomado de uma vez, com fazendas ocupadas e o gado expulso em massa uma boiada que invadiu as ruas de Cabrobó, como se a terra cuspsse de volta o que havia engolido. Trinta anos de idas e vindas, de acordos frágeis com o Estado e traições que doíam mais que as balas.

E quantas pessoas voltaram? Centenas de famílias, mais de 1.200 pessoas se fixando definitivamente entre os anos 80 e 2000, somando-se às que já resistiam nas ilhotas remotas. Atualmente, segundo o censo do IBGE de 2022, cerca de 2.800 Truká vivem em terras indígenas, e mais de 3000 vivem fora de terras indígenas, muitos ainda na periferia, esperando o continente ser reconhecido como território.

Mas o Estado não era monolítico nessa briga. Enquanto a repressão vinha pesada da polícia federal, militar, civil invadindo com helicópteros e cassetetes, criminalizando lideranças como Neginho Truká, que foi preso, havia rachaduras. A FUNAI intervinha desde 1976, com portarias e relatórios que reconheciam os Truká como indígenas, mediando acordos para ceder terras da SEMEMPE, demarcando 1.650 hectares em 1984 e expandindo para 5.770 em 1993. O CIMI, o Ministério Público Federal, até o Exército em momentos pontuais: todos tentavam frear a máquina de violência, embora devagar, embora insuficiente. Era como se o Estado brigasse consigo mesmo, uma mão empurrando para fora enquanto a outra, relutante, estendia um papel que dizia “terra indígena”.

Pretinha assentiu quando mencionei isso, como se lesse meus pensamentos. “A FUNAI veio, sim. Trouxe o reconhecimento. Mas a polícia? Essa veio pra bater. E a gente, entre os dois, aprendeu a dançar no meio do fogo”.

Ao final de tudo, depois de tanta morte, dois indígenas foram assassinados só na primeira década dos anos 2000, como Dena e Jorge em 2007, quantos quilômetros foram reconquistados? Cerca de 60 km², ou 6.000 hectares da Ilha Mãe, mais 73 ilhotas que formam o arquipélago, totalizando uma demarcação provisória de 9.688 hectares em 2002. Não era o território original de 300 mil hectares, mas era o suficiente para respirar. O suficiente para plantar mandioca onde antes só havia arame. O suficiente para o toré ecoar sem medo.

Saí da escola com o sol batendo forte, o rio São Francisco murmurando ao fundo. A retomada dos encantados não terminava ali. Ela continuava em cada passo que o povo dava, em cada maracá que chamava. E eu, como Truká desaldeado, sentia que voltava com eles. De novo. De vez.



Vozes da retomada: mulheres, jovens e o futuro Truká

A Ilha da Assunção desperta como se respirasse. Há territórios que parecem adormecidos, mas a ilha não é um espaço: é um corpo. O vento que atravessa as margens do São Francisco não sopra apenas, ele carrega rastros de quem foi expulso, disperso e, mesmo assim, encontrou caminho de volta. Quem pisa ali pela primeira vez sente o chão pulsar. Quem nasceu ali sabe que esse pulso é real: é a própria história insistindo em continuar.

O que o Brasil chama de “retomada” é, na verdade, o retorno de um povo a si mesmo. A ilha foi sendo esvaziada por cercas, posseiros, pistoleiros, repressões e decisões estatais que tentavam decretar o fim da presença indígena no Nordeste. Mas a ilha nunca aceitou a sentença. Ela permaneceu latente, guardando a memória do povo Truká até que eles conseguissem atravessar de volta.

Para os Truká, perder a ilha não significou apenas perder um território geográfico. Significou perder a possibilidade de existir enquanto povo. A retomada devolveu esse direito. Ela recuperou um modo de viver e de lutar que nenhuma violência conseguiu exterminar.

A história que desemboca nas retomadas recentes não nasce nos anos 1980 ou 1990: ela é costurada desde muito antes. O século XX deixou cicatrizes profundas. Expulsões, destruição de roças, imposições religiosas, criminalização dos rituais, vigilância armada. O corpo Truká foi sendo empurrado para fora, mas nunca deixou de vibrar. Criou-se um silêncio obrigatório, mas não um esquecimento. Ao longo desses anos, foram principalmente as mulheres que seguraram a vida quando quase tudo parecia ruir. Enquanto homens eram perseguidos ou obrigados a esconder sua origem, eram elas que mantinham a família, o plantio, a circulação das histórias, a espiritualidade e o vínculo com o território.

Sem as mulheres, não haveria fresta para a retomada se reabrir.

Quando as primeiras famílias decidiram voltar, não buscavam apenas recuperar um lugar, buscavam recuperar parte de si que havia sido arrancada. Voltar para a ilha era restaurar a dignidade, poder enterrar seus mortos, garantir que seus filhos crescessem sem medo, dançar toré sem se esconder.

Mas não havia romantização possível. Esse retorno era feito sob ameaça constante. Eles voltaram apesar das reintegrações de posse, apesar das armas apontadas, apesar dos barracos derrubados, apesar das mentiras oficiais que tentavam transformá-los em invasores da própria casa.

O retorno era, acima de tudo, enfrentamento.

É nesse cenário marcado por resistência e reinvenção que emergem as vozes deste capítulo.

Tauan dos Santos Vieira, 23 anos. Mesmo sem ter vivido as fases mais brutais das expulsões, ele carrega a responsabilidade de não deixar que a história volte a se repetir. Professor de língua materna, liderança jovem, integrante da OJIT, ele representa a geração que não aceita herdar apenas o trauma, quer herdar também o protagonismo. Quando diz:

“A gente tem que seguir os passos dos mais velhos, daqueles que lutaram, que não usufruíram da terra.”

Ele não está apenas reverenciando o passado: está afirmando um compromisso.

Na fala dele, retomar não é um evento histórico; é continuar um processo inacabado. A terra que ele pisa foi conquistada a duras penas, e ele sabe que abandono também é uma forma de violência. Por isso, sua postura é direta, firme e não admite negociação sobre o essencial:

“É um direito nosso. O direito à terra, que é nossa.”

Não é retórica. É raiz.

Sua clareza nasce da experiência cotidiana: as escolas que existem hoje só existe porque alguém resistiu ontem. O toré que ecoa hoje só ecoa porque alguém enfrentou a criminalização. A juventude, portanto, não é consequência; é consequência e causa ao mesmo tempo.

Pretinha Truká traz uma memória que atravessa gerações. Filha de uma época em que assumir-se indígena significava risco, cresceu vendo sua família tentar sobreviver num sistema que tratava a identidade indígena como ameaça.

Por isso, sua fala não chega embalada em amenidades. Ela diz o que precisa dizer, com precisão de quem sabe que esconder a dor não impede que ela exista:

“No início houve muita repressão. As empresas mandavam destruir as roças. Houve abusos, violências contra os indígenas.”

Mas é quando fala das mulheres que a história muda de eixo.

Enquanto as versões oficiais insistiam que as mulheres indígenas estavam confinadas ao doméstico, foram elas que sustentaram retomadas inteiras.

A retomada de 1995 uma das mais simbólicas da Ilha da Assunção tem o nome de uma mulher na linha de frente. Isso não é exceção. É correção histórica. As mulheres sempre estiveram lá na vigília, na negociação com autoridades, na defesa simbólica e física do território.

Como lembra Pretinha:

“Não estávamos só cozinhando. Tinha mulher na vigília, na porteira, na reunião com Ministério Público, com posseiro, com Funai.”

O protagonismo feminino não é inovação contemporânea; é espinha dorsal. As palavras de Pretinha desconstroem séculos de narrativa oficial que tentaram domesticar o papel das mulheres indígenas. Enquanto boa parte do país repetia que elas existiam apenas na retaguarda, elas estavam na linha de frente de tudo que manteve o povo vivo. Eram as primeiras a acordar e as últimas a dormir. Eram elas que escondiam documentos, cozinhavam em silêncio para não chamar atenção da polícia, organizavam as crianças quando o território era cercado, carregavam água no escuro, distribuíaam tarefas, decidiam rotas, estudavam leis, negociavam com instituições e sustentavam a espiritualidade quando o medo tentava esmagar o peito.

Nada na retomada é possível sem as mulheres.

Nada no futuro será possível sem elas também.

Enquanto o Estado tentava quebrar o elo entre o povo e a terra, foram as mulheres que mantiveram esse elo vivo. E, quando a retomada de 1995 aconteceu, foi natural que uma liderança feminina assumisse o comando. Nada de extraordinário nisso. O extraordinário foi haver quem se espantasse.

Dona Lourdes personificava a força de um povo que não aceitou desaparecer. Carregava no corpo a herança de Antônio Cirilo, mas também carregava a sua própria coragem feita de decisões duras, noites sem dormir e a certeza de que o território não poderia esperar por homens perseguidos ou famílias divididas.

Dona Lourdes liderou porque ninguém mais podia atravessar aquele momento com a firmeza que ela carregava no peito e porque a ilha reconhece quando uma voz nasce para guiar.

A retomada é coletiva, sim, mas o passo que abriu caminho teve o compasso dela. O rosto da luta pode ser de muitos, mas naquele início, quando tudo parecia frágil, o rosto que segurou a linha, que chamou o povo, que firmou o corpo diante da incerteza, foi o dela.

Quando Pretinha lembra que havia mulheres nas porteiras, nas reuniões, nas vigílias, nos diálogos com órgãos oficiais, ela não está reivindicando espaço. Está apenas nomeando o que sempre houve.

As mulheres Truká não ocuparam o território da política por concessão; ocuparam por necessidade. E, mais do que isso: ocuparam porque sabiam que, se elas não estivessem ali, o território poderia não existir para as próximas gerações.

A luta, na ilha, nunca foi dividida por gênero.

Foi dividida apenas entre quem estava e quem não estava.

E as mulheres estiveram sempre.

É desse chão de lideranças femininas que nasce a juventude de hoje, uma juventude que não partiu do zero, e que não aceitou caminhar com a cabeça baixa. Cada jovem que pisa a terra retomada pisa sobre as marcas de quem resistiu sem testemunhas. Eles carregam nos ombros histórias que não viveram, mas que precisam continuar.

E essa continuidade não acontece por instinto.

Acontece por escolha.

A juventude Truká cresceu entre dois mundos: o que exige que se provem o tempo inteiro e o que os chama de volta para dentro. Cresceram ouvindo que “índio do Nordeste não existe”, ao mesmo tempo em que ouviam, dentro de casa, as histórias da Ilha da Assunção, dos Encantos, do Dizibukuá, das retomadas, das noites de fuga, dos torés escondidos. Cresceram num Brasil que exige que o indígena seja uma imagem congelada no século XVI, mas cresceram também num povo que sabe que identidade não é fantasia.

Por isso, a juventude não herdou silêncio. Herdou urgência.

A urgência de não permitir que a história se repita.

A urgência de transformar memória em política.

A urgência de dizer o próprio nome com firmeza, com orgulho, com nitidez.

E é essa urgência que dá sentido às falas de Tauan e Pretinha quando olham para o futuro.

Eles não falam de futuro como quem imagina.

Falam de futuro como quem planta.

O futuro Truká não está no horizonte. Está no chão.

Não é promessa é responsabilidade.

Os jovens que caminham hoje pela Ilha da Assunção não pisam território neutro: pisam sobre camadas de luta que começaram muito antes deles existirem. E é por isso que a fala dessa geração carrega a nitidez de quem sabe que cada passo tem consequência.

Tauan olha para o futuro como quem olha para uma criança que precisa ser cuidada para sobreviver. Ele entende que a juventude não pode ser espectadora. Precisa ser guardiã. Precisa seguir “os passos dos mais velhos”, sim, mas também precisa criar os seus próprios passos, para que o caminho nunca dependa apenas de um grupo, de uma pessoa, de uma época.

Ele sabe que o território pertence ao povo e que isso inclui o dever de defendê-lo, de estudá-lo, de ensinar sobre ele, de organizá-lo, de estar presente.

O futuro Truká, para ele, não é herança.

É tarefa.

O jovem e professor indígena Gabriel enxerga mais longe. Ele fala de um amanhã em que o povo indígena seja reconhecido não pela caricatura imposta pelo Brasil, mas pela complexidade e pela inteligência que sempre tiveram. Ele defende que os jovens possam “mostrar suas conquistas, suas lutas”, ocupando espaços que antes lhes foram negados: escolas, universidades, projetos, decisões políticas, pesquisas.

Para Gabriel, o futuro não existe se não houver visibilidade.

Visibilidade como direito.

Visibilidade como reparação.

Visibilidade como afirmação.

Na projeção dele, o território não é só o lugar onde se vive.

É o lugar a partir do qual se fala.

Pretinha não olha para o futuro com ingenuidade.

Olha com coragem.

Ela sabe que nenhum território permanece seguro se não houver organização. Sabe que nenhuma conquista se mantém se a juventude não estiver preparada. Sabe que a luta é diária e que não há descanso para quem conhece a história do próprio povo.

Por isso ela insiste: jovens precisam estar nas mobilizações, nas assembleias, nos debates, nas formações. Precisam entender as leis, as ameaças, os direitos. Precisam saber ler o território e ler o mundo.

A projeção dela não é romântica é necessária.

O futuro, segundo Pretinha, só existe se o povo estiver pronto para defendê-lo.

E o povo estará.

Quando colocadas lado a lado, as vozes de Tauan, Gabriel e Pretinha formam uma única direção:

o futuro Truká será coletivo ou não será.

Um futuro que se apoia nos mais velhos, mas que caminha com os mais jovens.

Um futuro que exige estudo, organização e coragem.

Um futuro que não precisa pedir licença para existir.

Um futuro onde a identidade não é defesa, é força.

Eles falam como gerações diferentes, mas desejam o mesmo:

que o povo continue.

Que o território permaneça.

Que a ilha não volte ao silêncio.

A Ilha da Assunção, que um dia tentou sobreviver escondida, agora se abre diante dos passos de quem voltou para ficar. As retomadas devolveram o corpo ao território. As mulheres devolveram a coragem. Os jovens devolveram a continuidade. E os Encantos devolvem todos os dias aquilo que nenhum papel oficial pode oferecer: sentido.

O futuro não é algo que vai chegar.

É algo que já começou, devagar, firme, profundo no passo de cada jovem que decide permanecer, no gesto de cada mulher que segura a comunidade, na palavra de cada liderança que se recusa a esquecer.

Na ilha, nada termina.

Tudo retorna.

E é por isso que este capítulo termina exatamente onde tudo recomeça:

com o povo caminhando, com o território vivo, com a juventude em formação e com a certeza de que a história Truká continua porque se recusa a morrer.

A ilha pulsa.

O povo pulsa.

O futuro pulsa.

E nenhum apagamento será maior do que este pulso.

O rio continua correndo: memória, resistência e futuro.



O rio continua correndo



Eu sempre achei que a memória fosse como um rio subterrâneo: ninguém vê, poucos lembram que existe, mas ele continua correndo, empurrando pedras, abrindo passagem, encontrando fendas inalcançáveis para permanecer vivo. Com o tempo, percebi que a memória é mais teimosa do que a terra que tentaram tomar de nós. Ela insiste em continuar porque sabe que, se secar, secamos juntos. E talvez por isso, desde guri, mesmo quando me diziam que aquele mundo não era meu, eu carregava dentro de mim uma água antiga que não sabia nomear, mas que me chamava como um canto de ninar, que a mãe canta antes de dormir.

Foi só mais tarde que entendi: o que corria dentro de mim não era só lembrança, era território.

A memória dos meus avós, dos passos deles, das palavras ditas nas noites de reza, do cheiro de fumaça que saía das casas de taipa, do som do maracá ecoando como se o tempo nunca tivesse passado... tudo isso era parte de mim antes mesmo que eu me entendesse parte de alguma coisa. E quanto mais crescia, mais compreendia que aquilo que chamavam de passado era, na verdade, o chão do meu futuro.

Mas eu não nasci onde a minha memória nasceu. Nasci longe geograficamente da Ilha onde meu povo firmou pés, rezas e lutas. Nasci onde me ensinaram a esconder o que eu era, porque o mundo achava bonito falar de indígena no livro escolar, mas não sabia lidar com um indígena de verdade sentado na carteira ao lado. Cresci escutando as risadas, as piadas, o “você não parece”, o “você não tem cara”, como se a identidade coubesse na fotografia que eles inventaram sobre nós. Cresci sabendo que, para caber na cidade, eu precisava cortar uma parte de mim. Mas cortei? Não. A verdade é que fui costurando minhas raízes com a ponta dos dedos, tentando segurar o que restava, mesmo quando tudo parecia escorregar.

Toda vez que visitava meus avós, a sensação era de retorno e não de viagem. A ilha me recebia como quem reconhece um parente mesmo depois de anos longe. As árvores me olhavam com a calma de quem já viu muita coisa, o vento carregava histórias que eu ainda não sabia decifrar, e a terra... ah, a terra. A terra parecia saber meu nome antes de eu aprender a dizer que era indígena sem tremer por dentro.

Mas a vida fora da aldeia também me moldou. Não como fuga, como confronto. Confronto diário com o que o Brasil acredita que é indígena, confronto com o silêncio que tentaram impor aos nossos nomes, confronto com o apagamento disfarçado de urbanidade. Viver fora é, para muitos, sinônimo de perda. Para mim, se tornou um chamado.

Aprendi cedo que a resistência também nasce fora da aldeia.

Aprendi que existe luta na universidade, na rua, no ônibus lotado, no trabalho, nas conversas que começam tortas e terminam profundas, nos encontros que transformam a gente. Aprendi que o corpo que carrego é território, ainda que não esteja fisicamente sobre a terra sagrada. Aprendi que memória é rio e o rio sempre encontra um jeito de voltar ao seu curso.

Foi quando comecei os estudos que a confusão interna virou incômodo, e o incômodo virou fogo. Eu já não queria só lembrar; eu queria compreender. Queria saber por que me ensinaram a ter vergonha. Queria entender quando foi que o país decidiu que só existe um tipo de indígena possível, como se a diversidade dos povos coubesse numa fantasia escolar. Queria saber quem inventou o espelho que me dizia que eu não parecia com quem eu realmente era.

E foi nessa busca que percebi: o que nos define não está no que eles veem, está no que nos atravessa.

A memória nos atravessa.

A espiritualidade nos atravessa.

A luta nos atravessa.

O rio nos atravessa.

E quanto mais mergulhava nas histórias dos meus, mais eu entendia que a retomada não era apenas um evento, um momento, uma data de celebração. A retomada era um movimento contínuo, uma respiração coletiva, um chamado ancestral. A retomada era (e é) a forma que encontramos de dizer ao mundo: estamos aqui. Permanecemos. Resistimos. Reexistimos.

Quando comecei a pesquisar as retomadas, especialmente a da Caatinga Grande, senti que estava abrindo um baú que sempre esteve ao meu lado, mas que eu nunca tinha coragem de abrir completamente. Cada relato parecia conversar diretamente comigo, como se meu avô falasse outra vez, como se minha avó estivesse me chamando para sentar perto do fogo e ouvir sem pressa. Percebi que não é preciso ter presenciado fisicamente uma luta para ser parte dela. Algumas batalhas se herdaram no sangue, na lembrança, no nome que carregamos.

E foi quando compreendi isso que algo dentro de mim se ajeitou.

Não foi uma explosão, nem um momento cinematográfico. Foi um silêncio.

Um silêncio profundo, redondo, cheio de significado.

Um silêncio que dizia: agora você entendeu.

Entendi que a identidade não é estática. Ela é viva, pulsante, como o rio que corre ao lado da ilha. E o rio nunca corre igual. Às vezes vem cheio, às vezes vem manso, às vezes invade, às vezes recua. Mas nunca deixa de correr. Nunca deixa de existir. Assim também somos nós.

E se o mundo insiste em olhar para os povos indígenas como imagens congeladas em livros antigos, nós seguimos correndo, quebrando margens, encontrando novos caminhos para existir. Somos antigos e novos. Somos memória e futuro. Somos rio e pedra. Somos aquilo que teima em permanecer.

Foi por isso que decidi escrever este livro-reportagem. Não apenas como registro, mas como gesto político e espiritual. Porque a escrita não é só técnica, é ferramenta de encantamento. É uma forma de levantar a voz sem gritar. É uma maneira de costurar os tempos e de fazer o passado conversar com o amanhã. É, de certo modo, uma retomada também.

Escrever sobre a retomada da Caatinga Grande é escrever sobre nós. Sobre todos nós. Sobre os que estavam lá, os que nasceram depois, os que estão longe, os que carregam medo, os que carregam coragem, os que carregam dúvidas, os que carregam a certeza mais antiga do mundo: a de que pertencem.

E é por isso que começo dizendo que o rio continua correndo.

Porque a memória não para.

A resistência não para.

A espiritualidade não para.

A história não para.

E o futuro... o futuro está justamente neste movimento que não deixa de pulsar.

A retomada não acabou em 1995. Não acabou ontem. Não acaba hoje.

A retomada é um verbo no presente contínuo.

Um ato diário.

Uma respiração coletiva.

Um gesto de fé.

Uma decisão de permanecer mesmo quando o mundo tenta nos arrancar das margens.

Se há algo que aprendi ouvindo os mais velhos é que a terra não chama uma vez só.

Ela chama sempre. Chama nos sonhos, chama na saudade, chama no corpo que arre pia quando a gente pisa no chão. E quando ela chama, a gente volta às vezes fisicamente, às vezes pela memória, às vezes pela escrita.

E agora que comecei esta travessia, sei que não volto mais ao silêncio de antes.
O rio abriu caminho dentro de mim, e não há como represá-lo.
Ele segue correndo, levando comigo tudo o que aprendi, tudo o que herdei, tudo o que me foi confiada.

Este trabalho é, portanto, meu modo de acompanhar o rio.
De caminhar ao lado dele.
De honrar quem abriu cada trecho dessa água com o próprio corpo.
De lembrar aos que vêm depois que a luta não é só luta é também canto.
É também cura.
É também futuro.

E se alguém me pergunta hoje o que significa reexistir, eu respondo sem dúvida:
Reexistir é continuar caminhando mesmo quando o caminho parece ter sido arrancado.
Reexistir é afirmar a vida com todas as letras.
Reexistir é fazer da memória uma ferramenta de amanhã.
Reexistir é deixar o rio correr dentro da gente.
Porque enquanto o rio correr, nós corremos juntos.
E enquanto nós correremos juntos, a retomada estará viva.
E enquanto a retomada estiver viva, o futuro nunca poderá ser tomado de nós.

Afinal, quem pertence ao rio sabe:
Ele sempre encontra um jeito de voltar.
De romper barragens.
De descer montanhas.
De se misturar com outros rios.
De abrir mundos.
E nós, como ele, seguimos correndo.
Seguimos existindo.
Seguimos reexistindo.

Porque o rio continua correndo e nós corremos com ele.
E quando finalmente compreendi que correr com o rio era correr com a história, percebi também que nenhuma luta se encerra apenas porque alguém declarou que terminou. Luta verdadeira é como água: infiltra, insiste, retorna, se expande. A retomada também é assim, um movimento que não cabe numa data, que não se limita a um território físico, que ultrapassa as cercas e as escrituras. Ela existe onde existe um corpo indígena que se recusa a esquecer quem é.

E talvez seja isso que mais assuste quem tenta nos apagar: saber que não existe muro capaz de conter um povo que aprendeu a reconstruir o mundo a partir do que era dito irreconstruível.

A retomada não é apenas devolver a terra ao povo.

É devolver o povo à própria voz.

É devolver o nome ao peito.

É devolver o futuro às mãos.

E quando falo em futuro, não falo dessa ideia distante e abstrata que a cidade inventou. Falo do futuro que cresce como mandioca: silencioso, firme, escondido por um tempo até surgir com força. Falo do futuro que se planta com reza, com organização, com disciplina, com sonho, com as mãos calejadas que carregam a certeza de que a terra devolve tudo o que recebe, inclusive o respeito.

O futuro que imagino, e que já começa a nascer, é um tempo onde não precisaremos mais justificar nossa existência para ninguém. Onde não haverá mais perguntas como “mas você não parece indígena”, porque finalmente terão entendido que não existe “parecer”, existe ser. Onde as crianças poderão crescer sabendo que seus corpos são território legítimo, suas palavras são sagradas, seus avós são bibliotecas vivas, e seus nomes carregam séculos de caminhada.

Um futuro onde memória não será tratada como coisa velha, mas como bússola.

Onde espiritualidade não será folclore, mas fundamento.

Onde resistência não será urgência, mas continuidade.

E é por isso que escrevo.

Porque sei que o papel também é um pedaço de chão.

E cada palavra plantada aqui pode brotar lá na frente, onde alguém precisará dela para seguir andando.

Nossa luta encontra outras lutas.

Nossa cura encontra outras curas.

Nossa memória encontra outras memórias.

E quando esse encontro acontece, algo maior do que nós nasce. Algo que nenhum governo, nenhuma violência, nenhum esquecimento consegue arrancar. Isso que nasce tem tantos nomes: ancestralidade, força, continuidade, povo, reexistência.

Eu chamo de vida.
Vida inteira.
Vida coletiva.
Vida que não aceita ser interrompida.
Assim também é a retomada.
Assim também somos nós.
Assim também é o rio.
Ele segue.
Nós seguimos.
A história segue.

E enquanto seguirmos juntos, não haverá escuridão capaz de apagar o caminho que já abrimos.
Porque o rio continua correndo.
Porque a memória continua chamando.
Porque o povo continua de pé.
E porque, acima de tudo, o futuro já começou.

Dentro da gente.
Na terra.
No canto.
Na luta.
No rio.
Que continua correndo,
e agora, definitivamente, corre conosco.



Memórias que Guardam o Tempo

Fig.5 – Ritual sagrado realizado durante a retomada de 1995



Fonte: Acervo do Povo Truká (1995)

Fig. 6 – Rítual sagrado em comemoração dos 30 anos da retomada, realizado em 20 de setembro de 2025.



Fonte: Acervo Truká (2025)

Fig. 7 – Anciã indígena Truká, Tia Margarida Freire.



Fonte: Arquivo pessoal.

Fig. 8 – Grupo Truká realizando canto ritual com maracás durante atividade cultural.



Fonte: Instagram do Povo Indígena Truká.

Fig. 9 – Integrantes do povo Truká em momento de canto tradicional durante celebração comunitária



Fonte: Instagram do Povo Indígena Truká.

Fig. 10 – Jovens e lideranças Truká em ritual com maracás durante encontro cultural.



Fonte: Instagram do Povo Indígena Truká.

Fig. 11 – Desfile no dia do Aniversário de Cabrobó.



Fonte: Instagram do Povo Indígena Truká.

Fig. 12 – Tauan Vieira, professor de língua materna e jovem liderança indígena, durante o Acampamento Terra Livre.



Fonte: Acervo pessoal.

Fig. 12 – Gabriel Barros, professor de língua materna e jovem liderança indígena do povo Truká, durante o Acampamento Terra Livre.



Fonte: Acervo pessoal.

Fig. 13 – Pretinha Truká, professora e liderança indígena do povo Truká.



Fonte: Acervo pessoal.

Fig. 14 – Pretinha Truká com o filho durante o Acampamento Terra Livre



Fonte: Acervo pessoal.

Fig. 15 – Cacique Neguinho Truká, uma das principal liderança do povo Truká.



Fonte: Instagram @povotruka.

Acesse o documentário “Truká: Violência e Genocídio Indígena”

Escaneie o QR code para assistir ao documentário completo, que aborda a luta do povo Truká, as violências sofridas e os processos históricos de apagamento e resistência.



Acesse o vídeo documental “Testemunhas do Tempo”

Escaneie o QR code para conhecer os relatos dos próprios membros do povo Truká, que compartilham suas vivências, tradições e memórias históricas.



Referências

BARROS, Aurivan (Cacique Neguinho Truká). Truká: A Força da Resistência na Caatinga Grande. Depoimento cedido a: Flávio Freire. Casa do entrevistado, 20 setembro de 2025.

FREIRE, Margarida. Truká: A Força da Resistência na Caatinga Grande. Depoimento cedido a: Flavio Emanuel Inocência Freire. Casa da entrevistada, 5 de novembro de 2025.

PAJEÚ, Edilene (Pretinha Truká). Truká: A Força da Resistência na Caatinga Grande. Depoimento cedido a: Flavio Emanuel Inocência Freire. Escola Indígena, 29 de outubro de 2025.

VIEIRA, Tauan. Truká: A Força da Resistência na Caatinga Grande. Depoimento cedido a: Flavio Emanuel Inocencia Freire. Bica, 28 de outubro 2025.

BARROS, Gabriel. Truká: A Força da Resistência na Caatinga Grande. Depoimento cedido a: Flavio Emanuel Inocência Freire. Bica, 28 de outubro de 2025.

TERRITÓRIO INDIGINA É INVADIDO. Diário de Pernambuco, Recife, 01, Janeiro de 1981. 6.

VIOLÊNCIA CONTRA OS TRUKÁ. Jornal Mensageiro, Belém, 200. Conflito, 19.

Fotografia: Acervo Truká. Ritual sagrado realizado durante a retomada de 1995. 1995.

Fotografia: Acervo Truká. Ritual sagrado em comemoração dos 30 anos da retomada, realizado em 20 de setembro. 2025.

Fotografia: Arquivo Pessoal. Anciã indígena Truká, Tia Margarida Freire. 2024.

Fotografia: Instagram do Povo Indígena Truká. Grupo Truká realizando canto ritual com maracás durante atividade cultural. 2024.

Fotografia: Instagram do Povo Indígena Truká. Integrantes do povo Truká em momento de canto tradicional durante celebração comunitária. 2024.

Instagram do Povo Indígena Truká. – Jovens e lideranças Truká em ritual com maracás durante encontro cultural. 2023.

Instagram do Povo Indígena Truká Desfile no dia do Aniversário de Cabrobó. 2024.

Acervo Pessoal. Tauan Vieira, professor de língua materna e jovem liderança indígena, durante o Acampamento Terra Livre. 2025.

Acervo Pessoal. Gabriel Barros, professor de língua materna e jovem liderança indígena do povo Truká, durante o Acampamento Terra Livre. 2025.

Acervo Pessoal. Pretinha Truká, professora e liderança indígena do povo Truká.

Acervo Pessoal. Pretinha Truká com o filho durante o Acampamento Terra Livre. 2025.

Instagram @povotruka. Cacique Neguinho Truká, uma das principais lideranças do povo Truká.

Instagram do Povo Indígena Truká. – Jovens e lideranças Truká em ritual com maracás durante encontro cultural. 2023.

Instagram do Povo Indígena Truká Desfile no dia do Aniversário de Cabrobó. 2024.

Acervo Pessoal. Tauan Vieira, professor de língua materna e jovem liderança indígena, durante o Acampamento Terra Livre. 2025.

Acervo Pessoal. Gabriel Barros, professor de língua materna e jovem liderança indígena do povo Truká, durante o Acampamento Terra Livre. 2025.

Acervo Pessoal. Pretinha Truká, professora e liderança indígena do povo Truká.

Acervo Pessoal. Pretinha Truká com o filho durante o Acampamento Terra Livre. 2025.

Instagram @povotruka. Cacique Neguinho Truká, uma das principais lideranças do povo Truká.

